

Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)

CIÊNCIAS DA SAÚDE:

PLURALIDADE DOS
ASPECTOS QUE
INTERFEREM NA
SAÚDE HUMANA



2

Atena
Editora
Ano 2021

Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)

CIÊNCIAS DA SAÚDE:

PLURALIDADE DOS
ASPECTOS QUE
INTERFEREM NA
SAÚDE HUMANA



2

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Rio de Janeiro
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Ciências da saúde: pluralidade dos aspectos que interferem na saúde humana 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Luis Henrique Almeida Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências da saúde: pluralidade dos aspectos que interferem na saúde humana 2 / Organizador Luis Henrique Almeida Castro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-482-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.822211509>

1. Ciências da Saúde. I. Castro, Luis Henrique Almeida (Organizador). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Este e-book intitulado “Ciências da saúde: pluralidade dos aspectos que interferem na saúde humana” leva ao leitor um retrato da diversidade conceitual e da multiplicidade clínica do binômio saúde-doença no contexto brasileiro indo ao encontro do versado por Moacyr Scliar em seu texto “História do Conceito de Saúde” (PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007): “O conceito de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural. Ou seja: saúde não representa a mesma coisa para todas as pessoas. Dependerá da época, do lugar, da classe social. Dependerá de valores individuais, dependerá de concepções científicas, religiosas, filosóficas”.

Neste sentido, de modo a dinamizar a leitura, a presente obra que é composta por 107 artigos técnicos e científicos originais elaborados por pesquisadores de Instituições de Ensino públicas e privadas de todo o país, foi organizada em cinco volumes: em seus dois primeiros, este e-book compila os textos referentes à promoção da saúde abordando temáticas como o Sistema Único de Saúde, acesso à saúde básica e análises sociais acerca da saúde pública no Brasil; já os últimos três volumes são dedicados aos temas de vigilância em saúde e às implicações clínicas e sociais das patologias de maior destaque no cenário epidemiológico nacional.

Além de tornar público o agradecimento aos autores por suas contribuições a este e-book, é desejo da organização desta obra que o conteúdo aqui disponibilizado possa subsidiar novos estudos e contribuir para o desenvolvimento das políticas públicas em saúde em nosso país. Boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro


SUMÁRIO

PROMOÇÃO DA SAÚDE, PARTE II

CAPÍTULO 1..... 1

IMPORTÂNCIA DE UM PROGRAMA INTERDISCIPLINAR PARA AVALIAR O RISCO DE DESENVOLVIMENTO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM TRABALHADORES


Luiza Lima Oliveira
Roberto Navarro Rocha Filho
Rodrigo Barreto Rodrigues Condé
Sofia da Silva Pinto
Rodrigo Toledo de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115091>

CAPÍTULO 2..... 9

INSERÇÃO E EXPERIÊNCIA DOS ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA NA CLÍNICA PSIQUIÁTRICA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS EM BELÉM DO PARÁ


Luiza Ariel Souza de Souza
Isaac Raiol Marvão
Rosyanne Maria Matos Carvalho
João Bosco Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115092>

CAPÍTULO 3..... 17

O ACOLHIMENTO E AS SUAS REPERCUSSÕES EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE


Gabriela Gianichini Silva
Sandra de Araújo Teixeira
Flaiane Rampelotto Penteadó
Gehysa Guimarães Alves
Ângela Maria Pereira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115093>

CAPÍTULO 4..... 33

O PAPEL DOS COMITÊS DE PREVENÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA, INFANTIL E FETAL: PERCEPÇÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS DE SAÚDE

Laylla Veridiana Castória Silva
Beatriz Santana Caçador
Thalyta Cássia de Freitas Martins
Ramon Augusto de Souza Ferreira
Larissa Bruna Bhering Silva
Rodolfo Gonçalves Melo
Hugo Barcelos de Matos
Amanda de Paula Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115094>

CAPÍTULO 5	42
OCORRÊNCIA DO CONSUMO DE ÁLCOOL POR PARTE DOS DISCENTES DE MEDICINA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS – UNIPAM	
Mariana Silva Vargas Laís Moreira Borges Araújo Isabelle Cristina Cambraia	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115095	
CAPÍTULO 6	50
PLANILHA VIRTUAL APRIMORA CONTABILIDADE DAS RECEITAS E DESPESAS DE SAÚDE	
Rosangela Ianes Luana Carla Tironi de Freitas Giacometti Marcia Regina Rossi Clodoaldo Fernandes dos Santos Marcelo Fontes da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115096	
CAPÍTULO 7	52
PRIMEIROS SOCORROS: UM PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE	
Eduardo Fardin Ana Paula Poletto Afonso Alencar de Souza Seganfredo Daniele Soares Feijó de Barros Gabriel Lottici Míria Elisabete Bairros de Camargo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115097	
CAPÍTULO 8	64
PROGRAMA MAIS SAÚDE: DIABETES E COMORBIDADES	
Melissa Maia Bittencourt Riani Ferreira Guimarães Arthur Vieira Piau Viviane Flores Xavier Juliana Cristina dos Santos Almeida Bastos Tatiane Vieira Braga Rosana Gonçalves Rodrigues-das-Dôres	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115098	
CAPÍTULO 9	73
PROJETO RECANTO MAMÃE PELICANO DE AMAMENTAÇÃO E RELACTAÇÃO: FORTALECENDO AS BOAS PRÁTICAS NO VÍNCULO DO BINÔMIO MÃE-BEBÊ	
Alzira Aparecida da Silveira Maycon Igor dos Santos Inácio	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8222115099	


CAPÍTULO 10..... 81

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO MÉTODO DMAIC EM UMA EMERGÊNCIA PARA MELHORIA DO CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

Danielle da Silva Lourenço

Deise Ferreira de Souza


Cláudio José de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150910>

CAPÍTULO 11 95

PSICOPATIA POLÍTICA: ANÁLISE PSICOJURÍDICO ACERCA DOS MOTIVOS DESSA BUSCA INCANSÁVEL PELO DINHEIRO E PODER

Angélica de Souza Melo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150911>

CAPÍTULO 12..... 110


QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: REVISÃO DE LITERATURA

Marli Elisabete Machado

Aline dos Santos Duarte

Tábata de Cavatá Souza

Mari Ângela Victoria Lourenci Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150912>

CAPÍTULO 13..... 114

RE(SIGNIFICANDO) O USO DE MÉTODOS ANTICONCEPCIONAIS ENTRE ADOLESCENTES: FATORES QUE INFLUENCIAM A ADESÃO, EFEITOS COLATERAIS E ALTERAÇÕES FISIOLÓGICAS A PARTIR DE UMA REVISÃO DE LITERATURA

Anderson Poubel Batista

Beatriz Carvalho Soares

Beatriz Cunha Gonçalves

Bruna Alacoque Amorim Lima

Cecília Soares Tôres

Guilherme Lucas de Oliveira


Heloisa Botezelli

Leonardo Albano Alves Maria

Manuela Luiza de Souza Fernandes

Nathalia de Araujo Lima

Isabella Hayashi Diniz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150913>

CAPÍTULO 14..... 128

RESILIÊNCIA DOS FAMILIARES CUIDADORES DE PACIENTES IDOSOS: UM ATO DE CUIDAR


Marli Elisabete Machado

Márcio Manozzo Boniatti

Aline dos Santos Duarte

Mari Ângela Victoria Lourenci Alves

Tábata de Cavatá Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150914>

CAPÍTULO 15..... 135

SAÚDE DIGITAL E OS DESAFIOS DE SUA INSERÇÃO NA PRÁTICA FARMACÉUTICA

Josué Ferreira Coutinho

Hílton Antônio Mata dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150915>

CAPÍTULO 16..... 146

SAÚDE DO TRABALHADOR DA SAÚDE E AS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Lívia Santana Barbosa

Mariana Machado dos Santos Pereira

Carine Ferreira Lopes

Renata de Oliveira

Magda Helena Peixoto

Heliamar Vieira Bino

Juliana Sobreira da Cruz


Emerson Gomes de Oliveira

Júnia Eustáquio Marins

Rogério de Moraes Franco Júnior

Lídia Fernandes Felix

Thays Peres Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150916>

CAPÍTULO 17..... 155

SAÚDE DO TRABALHADOR: PERDA AUDITIVA OCUPACIONAL

Marluce Luciana de Souza

Carla Aparecida de Vasconcelos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150917>

CAPÍTULO 18..... 163

UMA AVALIAÇÃO SOBRE A CAPACIDADE RESOLUTIVA DA OTORRINOLARINGOLOGIA ANTES E PÓS COVID-19

Francisco Alves Mestre Neto

Rodolfo Fagionato de Freitas

Marcos Antônio Fernandes

João Bosco Botelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150918>

CAPÍTULO 19..... 174


USO DE ANTIBIÓTICOS NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Thais Barjud Dourado Marques

Aline Viana Araujo

Ítalo Raniere Jacinto e Silva

Valéria Sousa Ribeiro
José Lopes Pereira Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150919>

CAPÍTULO 20..... 186

USO DE PLANTAS MEDICINAIS – DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ana Cláudia de Macêdo Vieira
Thacid Kaderah Costa Medeiros
Silviane dos Reis Andrade Barros
Jessica Borsoi Maia do Carmo
Ana Paula Ribeiro de Carvalho Ferreira
Mariana Aparecida de Almeida Souza
Luciene de Andrade Quaresma Ferreira
João Paulo Guedes Novais
Paulo Fernando Ribeiro de Castro
Filipe dos Santos Soares
Priscila Barbosa Vargas
Tatiana Ungaretti Paleo Konno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150920>

CAPÍTULO 21..... 196

USO DO LEGO® PARA AVALIAR A MOTRICIDADE FINA EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A INFLUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE IRMÃOS TÍPICOS NESSE PROCESSO


Mariana Torres Kempa
Andressa Gouveia de Faria Saad
Cibelle Albuquerque de la Higuera Amato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150921>

CAPÍTULO 22..... 209

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: DA INVISIBILIDADE AO ENFRENTAMENTO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Nayra Carla de Melo
Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato
Maria de Nazaré de Souza Ribeiro
Edinilza Ribeiro dos Santos
Mônica Pereira Lima Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82221150922>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 216

ÍNDICE REMISSIVO..... 217

CAPÍTULO 16

SAÚDE DO TRABALHADOR DA SAÚDE E AS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Data de aceite: 01/09/2021

Data de submissão: 18/07/2021

Livia Santana Barbosa

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - MG
<https://lattes.cnpq.br/7918252506805132>

Mariana Machado dos Santos Pereira

Proadi/ SUS
Uberlândia - MG
<http://lattes.cnpq.br/2555822000588949>

Carine Ferreira Lopes

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - MG
<http://lattes.cnpq.br/7559649922521325>

Renata de Oliveira

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - MG
<https://lattes.cnpq.br/051177280837084>

Magda Helena Peixoto

Prefeitura Municipal de Uberlândia
Uberlândia - MG
<https://Lattes.cnpq.br/3099547852752480>

Heliamar Vieira Bino

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - MG
<http://lattes.cnpq.br/2093761335770221>

Juliana Sobreira da Cruz

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - MG
<http://lattes.cnpq.br/7727046250554466>

Emerson Gomes de Oliveira

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - MG
<https://lattes.cnpq.br/7936908631599298>

Júnia Eustáquio Marins

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - MG
<http://lattes.cnpq.br/1066196918695360>

Rogério de Moraes Franco Júnior

Hospital Santa Marta
Uberlândia - MG
<http://lattes.cnpq.br/1950904670856567>

Lídia Fernandes Felix

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - MG
<http://lattes.cnpq.br/2746733841557325>

Thays Peres Brandão

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - MG
<http://lattes.cnpq.br/0857704143417847>

RESUMO: A Saúde do Trabalhador no Brasil é oriunda de um intenso movimento social em busca de melhores condições de vida e trabalho. Por ser um campo de constante estudo, em 2011 publicou-se a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho e em 2012 a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora. Na implantação dessas políticas, não se imaginava que, poucos anos depois, vivenciariamos a pandemia de COVID-19 e, que esta afetaria sobremaneira a saúde dos profissionais da saúde. Por isso este estudo se prestou relacionar

as públicas nacionais de saúde e trabalho à Pandemia de COVID-19. Utilizou-se a metodologia de pesquisa teórico-bibliográfica, por meio de materialismo histórico. Os resultados foram apresentados pela similaridade dos materiais publicados por meio das seguintes categorias: Brasil e a história da Saúde do Trabalhador; Trabalhador da Saúde e as Políticas Públicas de Saúde e de Trabalho na COVID 19. Portanto, as políticas públicas nacionais de saúde e trabalho com o olhar voltado para os profissionais da saúde, na Covid-19, asseguram os direitos trabalhistas. Porém esses profissionais vivem um engodo, no qual a prática e teoria se encontram muito distantes.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19. Políticas públicas de saúde. Políticas públicas de trabalho. Saúde do Trabalhador.

HEALTH WORKERS' HEALTH AND PUBLIC POLICY APPROACHES IN TIMES OF PANDEMIC

ABSTRACT: Workers' Health in Brazil comes from an intense social movement in search of better living and working conditions. As it is a field of constant study, in 2011 the National Occupational Safety and Health Policy was published and in 2012 the National Occupational Health Policy. In the implementation of these policies, it was not imagined that, a few years later, we would experience the COVID-19 pandemic and that this would greatly affect the health of professionals' health. Therefore, this study was able to relate the national health and work publics to the COVID-19 pandemic. The theoretical-bibliographic research methodology was used, through historical materialism. The results were presented by the similarity of the materials published the history of Occupational Health; Health Worker and Public Health and Work Policies at COVID 19. Therefore, national public health and work policies with a view to health professionals, at COVID-19, ensure labor rights. However, these professionals live a decoy, in which practice and theory are very far apart.

KEYWORDS: COVID-19. Public health policies. Public labor policies. Worker's health.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho já era relacionado à saúde no século XVI, desde as descobertas marítimas, com o surgimento do mercantilismo, do incremento comercial e do desenvolvimento econômico. Isso é evidenciado através do livro “As Doenças dos Trabalhadores” de Bernardino Ramazzini (1700) publicado com a finalidade de adotar medidas adequadas à saúde dos trabalhadores, descreve a importância do conhecimento sobre os principais problemas de saúde enfrentados pelos trabalhadores.

A Revolução Industrial, incitada na Inglaterra no século XVII, ocasionou transformações nos modos produtivos e condições de vida das pessoas, proporcionando o surgimento da Saúde do Trabalhador (ST), e na primeira metade do século XIX apresentou como base a medicina do trabalho. A qual teve seu primeiro relato de serviço descrito em 1830, quando Robert Dernham, dono de uma fábrica têxtil, contratou um médico para cuidar de seus trabalhadores. O empresário solicitou ao Dr. Robert Backer, seu médico particular, uma medida que evitasse o adoecimento dos trabalhadores, o que causava a

queda da produtividade, e obteve a seguinte resposta:

Coloque no interior da sua fábrica o seu próprio médico, que servirá de intermediário entre você, os seus trabalhadores e o público. Deixe-o visitar a fábrica, sala por sala, sempre que existam pessoas trabalhando, de maneira que ele possa verificar o efeito do trabalho sobre as pessoas. E se ele verificar que qualquer dos trabalhadores está sofrendo a influência de causas que possam ser prevenidas a ele competirá fazer tal prevenção. Dessa forma você poderá dizer: meu médico é a minha defesa, pois a ele dei toda a minha autoridade no que diz respeito à proteção da saúde e das condições físicas dos meus operários; se algum deles vier a sofrer qualquer alteração da saúde, o médico unicamente é que deve ser responsabilizado (MENDES E DIAS, 1991, p. 341).

O modelo de medicina do trabalho se mostrou limitado, devido ao número de adoecimentos e acidentes que continuavam ocorrendo. Assim, para além da figura do médico, foram acrescentados outros profissionais à medicina do trabalho, que originou um novo modelo, denominado Saúde Ocupacional (SO). Esse novo desenho, abarca novas formas de atuação, focando no ambiente e nas condições ambientais de trabalho (BRANDÃO et al., 2020).

No Brasil, a preocupação com a saúde dos trabalhadores foi um pouco tardia. Apenas em 1943 criou-se a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a qual marcou a implantação de leis e órgãos destinados a fiscalização dos riscos e acidentes, os quais os trabalhadores estão expostos, voltando-se para a segurança no Trabalho (ANAMT, 2017).

Posteriormente, nas décadas de 1970 e 1980 o Brasil experimentou um intenso movimento social, com vistas à reforma sanitária no país, na qual as reivindicações ocorreram nos diversos âmbitos, mas especialmente por melhores condições de vida e trabalho. Assim, através da VIII Conferência Nacional de Saúde de 1986 que abarcou a Constituição Federativa do Brasil de 1988, a criação do SUS pela Lei Orgânica em Saúde de 1990 (8.080 e 8.142) e I Conferência de Saúde do Trabalhador, instituindo-se legalmente o campo de estudos e práticas em Saúde do Trabalhador (8ª CONFERÊNCIA..., 2019; BRASIL, 1988, 1990a, 1990b).

A saúde do trabalhador continuou sendo uma preocupação e os âmbitos legais continuavam buscando melhorias. Com isso, em 1997 foi criado o Grupo Executivo Interministerial de Saúde do Trabalhador (Geisat) cujo objetivo era elaborar a Política Nacional de Saúde do Trabalhador, mas não teve produtividade. Assim, em 2004, dez anos após a convenção, recriou-se o Geisat, mas apenas em 2011 publicou-se a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) e em 2012 a PNSTT - Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora (BRANDÃO et al., 2020).

Na implantação dessas Políticas, poucos anos depois, não se imaginava que um vírus se instalaria em vários países do mundo e causaria a pandemia de COVID-19 e, que esta afetaria intensamente a saúde dos trabalhadores em geral, mas sobremaneira a saúde dos profissionais da saúde.

Isso ocorre, pois essa pandemia atinge os serviços de saúde, gerando uma demanda extra de insumos, estruturas e recursos humanos, mas também de mão de obra especializada, isso tem desafiado os sistemas nacionais de saúde do mundo todo e também os profissionais e gestores que atuam no campo da saúde (RIBEIRO et al., 2020).

Dado sua importância histórica, político-econômica e social, faz-se relevante destacar os direitos dos trabalhadores da saúde frente à pandemia de COVID-19 por meio de estudos das políticas públicas de saúde e trabalho existentes no Brasil.

Diante o exposto, o estudo se prestou a analisar as políticas públicas nacionais de saúde e trabalho e do campo Saúde do Trabalhador, abarcando o profissional de saúde e relacionando tais políticas à Pandemia de COVID-19.

2 | METODOLOGIA

Utilizou-se a metodologia de pesquisa teórico-bibliográfica, por meio de materialismo histórico. Sendo incluídos no estudo leis, portarias, resoluções e decretos compreendidos no período de 1940 a 2021, além de periódicos publicados no período de 2011 a 2021.

As bases de dados utilizadas foram: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Portal de Periódicos da Capes. A busca bibliográfica foi composta pelos seguintes descritores: “Saúde do Trabalhador”, “Políticas públicas de saúde”, “Políticas públicas de trabalho”, “COVID-19”.

Para análise e seleção foi realizado um levantamento e leitura na íntegra do material que relacionava o contexto histórico e a legislação brasileira acerca da saúde do trabalhador, as políticas de saúde e trabalho e a pandemia COVID-19.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a similaridade dos materiais publicados criou-se as seguintes categorias: Brasil e a história da Saúde do Trabalhador; Trabalhador da Saúde e as Políticas Públicas de Saúde e de Trabalho na COVID 19.

Brasil e a história da Saúde do Trabalhador

A saúde dos trabalhadores no Brasil, na passagem do século XIX para o XX, não estava ligada à dignidade humana e ao direito social, mas sim, a uma visão produtivista nos moldes do capitalismo, a qual visava interesses econômicos, em que era importante manter o trabalhador saudável para manutenção da produção (BARROS, 1996).

O processo crescente de industrialização no Brasil, na década de 1930, culminou como um desafio para o Estado, no qual o mesmo precisou intervir na área social e isso resultou em direitos relacionados à seguridade social, através da implantação da consolidação dos direitos trabalhistas (BARROS, 1996).

Ainda em um contexto capitalista, vale ressaltar que a preocupação com a saúde do trabalhador não era exclusivamente nacional. Existia uma tendência mundial, na qual a Organização Mundial da Saúde (OMS) por meio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) propôs a organização de ações direcionadas aos trabalhadores como objeto de política pública de saúde (LEÃO; CASTRO, 2013).

Em 1950, o Brasil passou a ser membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 1981, a 67ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho aprovou a convenção 155, que trata da Segurança e Saúde dos Trabalhadores e prevê o desenvolvimento de ações a serem efetivadas pelos governos e empresas para promover a segurança e saúde no trabalho, assim como melhorar as condições de trabalho e adoção de políticas nacionais concernentes à saúde e trabalho, a qual foi aderida pelo Brasil, através do decreto 1.254 de 29 de setembro de 1994 (OIT, 2019).

Em 1997, com a finalidade de elaborar a Política Nacional de Saúde do Trabalhador criou-se o Geisat - Grupo Executivo Interministerial de Saúde do Trabalhador, não obstante, sem produtividade. Apenas em 2011 publicou-se a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho e em 2012 a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora (BRANDÃO et al., 2019).

Percebe-se que as duas Políticas Nacionais se referem à Segurança e Saúde do Trabalhador. E, com o objetivo de serem unânimes em suas conclusões, criaram terminologias e ações que favorecessem a saúde e segurança do Trabalhador (BRANDÃO et al., 2019).

Paradoxalmente, percebe-se que cada órgão participe dessa política manteve seus objetivos específicos, epistemologias conceituais e seu *modus operandi*. Com isso, não conversam entre si fazendo com que a interpretação das Políticas seja subjetiva, fato que prejudica a conduta nos cuidados com o trabalhador (CHIAVEGATTO; ALGRANTI, 2013; COSTA et al. 2013).

Em 2015, sem cotejar que uma pandemia afetaria de maneira singular a saúde dos trabalhadores, principalmente os da saúde, a OMS reformulou o Plano de Ação em Saúde 2015-2025. Nele, contém objetivos específicos, linhas estratégicas e indicadores voltados para proteger a vida e promover a saúde e bem estar dos trabalhadores. Seu objetivo é fortalecer a resposta do setor da saúde, com os demais setores envolvidos, além de oferecer atenção integral à saúde dos trabalhadores, melhorar os ambientes de trabalho, diminuir as desigualdades em saúde, aumentar os esforços de promoção da saúde dos trabalhadores mediante a execução de normas, políticas e planos atualizados (SILVA, 2019).

Mediante à implantação inesperada da Pandemia COVID-19 as organizações responsáveis pela saúde do trabalhador se viram obrigadas a pesquisar e voltar o olhar de maneira cuidadosa e singular para o trabalhador da saúde, que se encontra na linha de frente, com todas as inseguranças e que precisa de cuidados especiais. A fim de evitar que o mesmo, não entre em um ciclo de adoecimento, tendo em vista que é peça chave para o

cuidado da população infectada. Assim, vale apresentar algumas políticas voltadas para a Saúde deste Trabalhador.

Trabalhador da Saúde e as Políticas Públicas de Saúde e de Trabalho na COVID 19

Já no início da pandemia as diversas entidades mostraram preocupações com as trabalhadoras e trabalhadores dos serviços de saúde acerca dos seus direitos enquanto grupo vulnerável prioritário na pandemia da COVID-19. Em abril de 2020, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), juntamente com 22 entidades elaboraram a Nota Técnica Conjunta realizada pelo grupo de trabalho “Direitos trabalhistas e previdenciários de trabalhadores e trabalhadoras portadores da COVID-19 relacionada ao trabalho”, criado no âmbito da “Frente Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores” a qual objetiva orientar e informar trabalhadoras e trabalhadores, sobre direitos e responsabilidades no atual contexto de pandemia pelo novo coronavírus (ABRASCO, 2020).

Dentre os vários direitos que a norma abarca está o:

Exercício do direito à recusa ao trabalho, se e quando as condições de trabalho forem claramente inadequadas, inseguras ou houver evidente negligência por parte dos empregadores públicos ou privados, com risco sério à saúde e à vida de quem trabalha (ABRASCO, 2020, p.3).

Não obstante, no início da Pandemia observou-se nas diversas instituições de saúde a falta de recursos humanos e materiais vinculados à insegurança dos profissionais da saúde em exercer o direito de recusa preconizado pela legislação, mas os mesmos realizaram denúncias na expectativa de melhorar as condições insalubres.

Fato confirmado no estudo de Filho et al. (2020), no qual apresenta que no Brasil, mesmo com todas as medidas de proteção vinculadas aos protocolos de biossegurança, há relatos de profissionais que denunciaram as condições de trabalhos impostas, sendo elas equipamentos de proteção individuais (EPI) inadequados ou insuficientes, higiene inadequada, jornadas de trabalhos exaustivas, falta de treinamento (AMB, 2020). A PNSTT e PNSST e as normas regulamentadoras como a NR32, específica para os trabalhadores da área da saúde, estão implantadas para reger essas medidas (TAVARES, 2020).

Além disso, embasada legalmente pela Lei 8.080/90 e Portaria 1.339/99 e incorporada à Portaria de Consolidação 5/2017 a Nota Técnica também caracterizou a infecção destes trabalhadores como “doença relacionada ao trabalho”, já que se trata de condições em que o trabalho é realizado com exposição ou contato direto com potencial infectante, e de acordo com os artigos 19 e 20 da Lei 8.213/91 deve-se emitir a Comunicação de Acidente do Trabalho (ABRASCO, 2020).

Sabendo que, a legislação assegura a Saúde do Trabalhador em tempos de pandemia, o Sistema Único de Saúde brasileiro, o SUS, considerado o maior sistema público de saúde do mundo, mesmo subfinanciado, dispõe de uma rede de serviços, equipamentos

e recursos humanos que tem fornecido base para as ações de enfrentamento da COVID-19 (ROMERO; DELDUQUE, 2017).

Não obstante, a corrupção política, evidenciada com a CPI da pandemia, atrelada à falta de investimentos ficam mais evidentes em momentos de crise e denotam a desestruturação do SUS. Situação que ressalta o número insuficiente de recursos humanos e materiais na saúde; falta de treinamento das equipes, o que gera sobrecarga de trabalho e consequentemente afeta a Saúde do Trabalhador da Saúde (BRASIL, 2021; LACAZ et al., 2019).

Ainda com todas essas dificuldades, esses profissionais são desmotivados pela questão salarial, a qual sofreu forte impacto quando a Emenda Constitucional 95/2016 foi aprovada. Essa, por sua vez, congela o piso do gasto federal com recursos direcionados ao SUS e consequentemente provoca um sucateamento da saúde. Condição que, associada ao contexto pandêmico fragiliza as relações trabalhistas, pois os profissionais atuam de maneira insatisfatória, o que gera estresse e ocasiona graves problemas de Saúde do Trabalhador (VIEIRA; BENEVIDES, 2016).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho foi possível perceber que embora haja no Brasil políticas voltadas para a saúde e para o trabalho, nestes tempos de pandemia a Saúde do Trabalhador da saúde se encontra muito fragilizada.

As políticas públicas nacionais de saúde e trabalho e do campo Saúde do Trabalhador com o olhar voltado para os profissionais da saúde, na COVID-19, asseguram os direitos trabalhistas, assim como as condições mínimas para o trabalho. Porém esses profissionais vivem um engodo, no qual a prática e teoria se encontram muito distantes. Tendo em vista que, são resguardados por lei, mas com as dificuldades intensificadas com a pandemia, se sentem inseguros em lutar por seus direitos.

Outrossim relaciona-se ao sucateamento da saúde, vivenciado desde a EC 95/2016 e intensificado com a corrupção política, que frustra cada vez mais os trabalhadores da saúde sobrecarregando-os física e mentalmente, afetando sobremaneira a Saúde do Trabalhador.

REFERÊNCIAS

8ª CONFERÊNCIA Nacional de Saúde: **Quando o SUS ganhou forma**. Brasília, DF, 2019. Portal: Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/592-8-conferencia-nacional-de-saude-quando-o-sus-ganhou-forma>. Acesso em: 13 jul. 2021.

ABRASCO. **Nota Técnica Conjunta: orientação sobre direitos de trabalhadoras e trabalhadores dos serviços de saúde, enquanto grupo vulnerável prioritário na pandemia da COVID-19**. Rio de Janeiro: Grupo Técnico sobre “Direitos trabalhistas e previdenciários de trabalhadoras e trabalhadores portadores de COVID-19 relacionada ao trabalho, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtsausedotrabalhador/2020/04/08/nota-tecnica-orienta-sobre-direitos-de-trabalhadores-dos-servicos-de-saude-na-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

AMB. Associação Médica Brasileira. **Faltam EPIS em todo o país.** São Paulo: AMB, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/contato/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ANAMT. **História da medicina do Trabalho.** In: Associação Nacional de Medicina do Trabalho [ANAMT-Associação Nacional de Medicina do Trabalho – online]. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.anamt.org.br/porta1/sede-espaco-ramazzini/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BARROS, E. **Política de saúde no Brasil: a universalização tardia como possibilidade de construção do novo.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812319961100692014>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v1n1/1413-8123-csc-01-01-0005.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRANDÃO, T. P *et al.* **Trabalho e Seguridade Social: A saúde do trabalhador e as políticas de saúde e trabalho no brasil de ontem e de hoje: é possível traçar perspectivas futuras?** In: ASENSI, F. D *et al.* Políticas Públicas e suas especificidades. Rio de Janeiro: FGB / Pembroke Collins, 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/DmVyeN5>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Comissão Parlamentar de Inquérito da pandemia.** Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. **Lei 8080 de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.

CHIAVEGATTO, C. V.; ALGRANTI, E. **Políticas públicas de saúde do trabalhador no Brasil: oportunidades e desafios.** Revista brasileira de saúde ocupacional, São Paulo, v. 38, n. 127, p. 25-27, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572013000100005>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572013000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 jun. 2021.

FILHO, J *et al.* **A saúde do trabalhador e o enfrentamento da COVID-19.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 45. n 14, 2020. Disponível em: http://www.cesteh.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/editorial_rbso_-_a_saude_do_trabalhador_e_o_enfrentamento_da_covid_19.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

LACAZ, F. A. C *et al.* **Movimento da Reforma Sanitária e Movimento Sindical da Saúde do Trabalhador: um desencontro indesejado.** Saúde em Debate, Rio de Janeiro, 43 (spe8), 120-132, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042019s809>. Disponível em: <https://www.scielo.br/fj/sdeb/a/B6NZv3Vs8FWw4hJxYsQ8XGx/?lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2021.

LEÃO, L. H.C.; CASTRO, A. C. **Políticas públicas de saúde do trabalhador: análise da implantação de dispositivos de institucionalização em uma cidade brasileira.** Ciências & Saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 769-778, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300023>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300023&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 maio 2021.

MENDES, R.; DIAS, E.C. **Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v.25, n.5, p.341-349, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101991000500003>. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2977.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

OIT. **Organização Internacional do Trabalho.** OIT no Brasil. In: OIT. Organização Internacional do Trabalho. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho, 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/centro-de-informacoes/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 25 jun. 2021.

RAMAZZINI, B. **As doenças dos trabalhadores.** [De Morbis artificum diatriba,1700]. Tradução de Raimundo Estrêla. 4. ed. São Paulo: Fundacentro, 2016. p.321. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/50/2019/06/Doencas-Trabalhadores-portal.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

RIBEIRO, A *et al.* **Saúde e Segurança de profissionais de saúde no atendimento a pacientes no contexto da pandemia de COVID-19: revisão de literatura.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 45, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000013920>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572020000101600&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 15 jun. 2021.

ROMERO, L. C. P.; DELDUQUE, M. C. **O Congresso Nacional e as emergências de saúde pública.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 240-255, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902017156433>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bPpPF7TWbNh6YQxXqTbSfVP/?lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2021.

SILVA, M.A da. **Análise crítica da proposta de reforma da previdência social no Brasil entre os anos 2016 e 2018.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 135, p. 213-230, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.175>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n135/0101-6628-ssoc-135-0213.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

TAVARES, V. **COVID-19: A saúde dos que estão na linha de frente.** Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-saude-dos-que-estao-na-linha-de-frente>. Acesso em: 15 jun. 2021.

VIEIRA, F. S.; BENEVIDES, R. P. S de. **Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do sistema único de saúde e para a efetivação do direito à saúde no brasil.** Ipea, Brasília, nota técnica nº 28, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160920_nt_28_disoc.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 82, 83, 101
Adesão 64, 68, 70, 71, 72, 87, 91, 114, 115, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 140, 142
Alcoolismo 48, 168
Amamentação 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 118
Antibioticoterapia 175, 177, 180, 181, 182, 184

C

Comorbidades 13, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 169
Contraceptivos 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126
COVID-19 116, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 163, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 173
Curso de medicina 47, 63

D

Diabetes Mellitus 2, 3, 7, 64, 65, 68, 69, 72
Doença cardiovascular 7, 70

E

Estágio curricular 9, 10, 15

G

Gestação 116, 213

I

Infecção hospitalar 81, 82, 83, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 94
Invisibilidade 209

M

Métodos anticoncepcionais 114, 115, 116, 119, 120, 125
Mortalidade infantil 35
Mortalidade materna 33, 35, 36, 37, 40, 41, 210, 212
Motricidade 196, 198, 199, 201, 204

O

Otorrinolaringologia 158, 160, 161, 163, 164, 166, 167, 169, 170, 171, 173

P

Pandemia 15, 116, 135, 136, 138, 139, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 164, 170, 171

Parto 38, 73, 75, 76, 118, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Perda auditiva ocupacional 155, 156, 158

Plantas medicinais 68, 69, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195

Política 9, 13, 14, 19, 20, 25, 27, 29, 31, 34, 36, 40, 94, 95, 96, 100, 106, 108, 109, 136, 139, 143, 146, 148, 150, 152, 153, 188, 194, 212

Prática farmacêutica 135, 140, 141, 142

Primeiros socorros 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

Psicologia 9, 10, 11, 12, 16, 49, 96, 97, 101, 108, 134

Psicopatia 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 109

Psiquiatria 12, 13, 48, 97, 106, 109

Q

Qualidade de vida 6, 67, 71, 75, 80, 110, 111, 112, 113, 129, 133, 140, 142, 155, 198

R

Relactação 73, 75, 76, 77

Resiliência 128, 129, 130, 131, 132, 134

S

Saúde digital 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143

Saúde do trabalhador 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 162

T

Transtorno do espectro autista 196, 207, 208

U

Unidade básica de saúde 17, 19, 72

Unidade de terapia intensiva 38, 174, 175, 177, 180, 182, 184


V

Vida sexual 99, 114, 123, 127

Violência obstétrica 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

CIÊNCIAS DA SAÚDE:

PLURALIDADE DOS
ASPECTOS QUE
INTERFEREM NA
SAÚDE HUMANA

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

2

 Atena
Editora

Ano 2021

CIÊNCIAS DA SAÚDE:

PLURALIDADE DOS
ASPECTOS QUE
INTERFEREM NA
SAÚDE HUMANA

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

2